



AQUI tem
PROFESSOR.
AQUI tem
CIÊNCIA e
FUTURO



EXCELÊNCIA

A professora Maria Inês Tavares (de óculos) e a pesquisadora Marina Sacramento analisam fragmento de isopor em laboratório do IMA. Material gera microplásticos na orla

Isopor de quentinhas é a maior fonte de poluição da orla do Rio

Um trabalho pioneiro do Instituto de Macromoléculas Professora Eloisa Mano (IMA) sobre a presença de microplásticos na orla costeira do Rio de Janeiro é a genuína expressão da nova campanha da AdUFRJ de valorização do trabalho docente: Aqui tem Professor (veja detalhes da campanha nas páginas 4, 5 e 14). A pesquisa do IMA, a primeira feita em campo com microplásticos, revela que o isopor, proveniente sobretudo de quentinhas, é a principal fonte de poluição da areia das praias do Rio. Aqui tem pesquisa, aqui tem ciência, aqui tem conhecimento. Aqui tem professor. **Páginas 6 e 7**

AdUFRJ rebate editorial de O Globo sobre lista tríplice

> Diretoria desmonta argumentos do jornal, aponta informações incorretas e distorcidas, e defende a autonomia da comunidade acadêmica para a escolha de reitores das universidades federais



EQUÍVOCO SOBRE UNIVERSIDADES FEDERAIS

Editorial de O Globo em 14/03/2026 estabelece relação causa-efeito espúria entre a eleição e o processo de escolha de reitores e a folha de pagamento das universidades. Ao descuidar dos fatos e divulgar uma versão incorreta sobre o ensino superior público, termina por renunciar à veracidade e qualidade da notícia ao se aproximar do estilo Fake News da “lacração”. Impressiona constatar que o Globo não detenha informações sobre atribuições de dirigentes universitários: são inúmeras, no entanto não compete aos reitores a contratação de professores e técnicos. Logo, a magnitude dos gastos com pessoal de instituições que desenvolvem ensino, pesquisa e atividades de extensão não é consequência da forma ou mesmo de quem são seus reitores.

Vincular autonomia e despesas com pessoal de universidades é uma fórmula gasta, consiste na tentativa de um ataque duplo cujo alvo é o sentido de ser de organizações voltadas para o conhecimento universal e reflexivo. Uma universidade atrelada a coalizações governamentais, a interesses econômicos ou comerciais, sem docentes e alunos excelentes, sem inclusão é um engodo. O país alcançou patamares elevados em rankings científicos e a contribuição das universidades federais tem sido inequívoca.

Pesquisadores estão definitivamente comprometidos com a busca de alternativas para o desenvolvimento econômico e social sustentável. Pesquisas nacionais para a agricultura e biodiversidade, estudos sobre segurança pública, mapeamento e valorização da cultura, entre outras, possuem amplo reconhecimento internacional. Páginas de O Globo e reportagens de outros veículos de mídia registram o comparecimento voluntário do “pessoal” das universidades. Nada mais do que obrigação ou também gestos de apreço pela relevância da imprensa?

Experimentamos o negacionismo científico em sua forma brutal de menosprezo à vida durante a pandemia de covid-19. Em contraponto, demonstramos que a eficiência e eficácia da ciência, inclusive das nossas universidades, permitiram superar crise sanitária. Salários de professores com doutorado, dedicação exclusiva, que estão à frente de investigações relevantes e formam professores, são menores do que os que remuneraram diversos cargos civis e militares. Os reitores não são desperdiçadores de recursos públicos, são professores, são cientistas aos quais foi confiada a árdua tarefa de manter as portas abertas do ensino superior para a juventude brasileira.

Críticas sempre serão sempre bem-vindas. Inverdades, soluções de araque, longe de impulsionarem o que está dando certo, terminam por estimular indiferença à soberania nacional. Ignorância proposital em relação ao dia a dia de universidades públicas e crenças na privatização do ensino, subjacentes ao repúdio à eleição de reitores, são ideológicas, não estão baseadas em evidências.

Andrea Parente,
Daniel Conceição,
Lígia Bahia,
Luisa Ketzer,
Maria Tereza Leopardi,
Michel Guerman,
Pedro Lagerblad

Professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro

LISTA TRÍPLICE É APROVADA NO SENADO. COMUNIDADE ACADÊMICA COMEMORA

O Senado aprovou o fim da lista tríplice para a escolha de reitores de universidades federais em 10 de março. A partir da sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as comunidades universitárias terão autonomia para escolher o dirigente máximo da instituição.

O peso da votação dos docentes (70% em relação aos demais segmentos) também foi extinto na lei. Pelo projeto, o peso do voto de professores, técnicos e estudantes será definido por um conselho em cada universidade.

O relator do PL 5.874/2025 no Senado, Randolfe Rodrigues (PT-AP), destacou o caráter democrático da matéria: “O projeto garante que a comunidade universitária eleja o seu reitor e garanta a sua posse”, disse.

A comunidade acadêmica comemorou. “É o fim de uma prática antidemocrática e o reconhecimento da autonomia universitária, um dos pilares da educação pública brasileira”, declarou nas redes sociais a pró-reitora de Extensão da UFRJ, professora Ivana Bentes. José Geraldo Ticianeli, presidente da Andifes, afirmou que

a aprovação do projeto é um marco para as universidades federais. “A Associação Nacional dos Dirigentes do Ensino Superior celebra este momento como uma conquista da democracia, do diálogo institucional e do reconhecimento da vontade das universidades”.

Presidenta da AdUFRJ, a professora Lígia Bahia destacou a importância da medida. “É o reconhecimento de um princípio constitucional. Consagra o princípio da autonomia universitária. É uma importante conquista pela qual temos lutado por décadas”, avaliou a diri-

gente. “Agora, as universidades finalmente terão o direito de decidir sobre sua reitoria. Não é uma notícia irrelevante. Ao contrário, é algo fundamental para as instituições de ensino superior brasileiras”.

Tão fundamental que o jornal O Globo publicou um editorial contra a decisão do Senado. O texto apresentava desinformações sobre as universidades. A AdUFRJ criticou o editorial, apontando equívocos (veja a íntegra acima).

A lista tríplice deixa brechas para a nomeação de reitores que não foram eleitos pela co-

munidade universitária. Foi o que aconteceu com a UFRJ, em 1998. O professor Henrique Vilhena perdeu a eleição, mas foi nomeado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Mais de 20 instituições federais sofreram intervenção em suas reitorias sob a gestão Bolsonaro.

O fim da lista tríplice é parte do projeto de reestruturação de cargos do Serviço Público Federal. O PL prevê a criação de mais de 24 mil novos cargos. Desses, 3.800 de professores do MS e 9.587 do EBT. (Silvana Sá)

Rede Segurança para Todos reúne pesquisadores do RJ

> Iniciativa pioneira congrega estudiosos de universidades e centros de pesquisa que analisam a violência urbana. AdUFRJ é uma das fundadoras. Encontro será na quinta-feira (26) no CBPF

convite

1º ENCONTRO DA

REDE UNIVERSITÁRIA

SEGURANÇA PARA TODOS RJ –

ARTIGO 5º

● 26 de março - 18h

● CBPF - Rio de Janeiro

PROPOSTAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS PARA A POLÍTICA DE SEGURANÇA DO RIO

No próximo dia 26 de março, às 18h, será lançada a Rede Universitária Segurança Pública para Todos RJ (Artigo 5º), iniciativa que reúne instituições científicas em torno da construção de argumentos que norteiem a política de segurança pública do estado.

O objetivo da rede é a garantia de direitos humanos e a redução da violência no Rio de Janeiro, notadamente, a violência de Estado. O evento ocorre na sede do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), ao lado do cam-

pus Praia Vermelha da UFRJ.

Estão confirmadas as presenças do diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Marcio Portes de Albuquerque; o presidente da Fundação Oswaldo Cruz, Mário Moreira; e dos reitores Antônio Cláudio Lucas da Nóbrega (UFF), Gulnar Azevedo e Silva (Uerj), Roberto Medronho (UFRJ) e José da Costa Filho (Unirio), além de dirigentes de instituições científicas do RJ.

A iniciativa surgiu a partir de uma parceria entre a AdUFRJ, a SBPC, o CBPF e a Fiocruz. De caráter multidisciplinar, a Rede

é formada por pesquisadores da UFRJ, PUC-Rio, Uerj, Fiocruz e UFF. A coordenação do evento será do professor Marcelo Burgos, e a apresentação ficará a cargo da professora Lígia Bahia, presidenta da AdUFRJ e uma das fundadoras da Rede.

Para Lígia, cabe também à academia pensar os problemas contemporâneos. “Para nós, a perspectiva de contribuir para uma abordagem racional sobre segurança pública é vital. Vivemos e trabalhamos no Rio”, afirma a pesquisadora, que é referência nacional em saúde coletiva.

Ela aponta as contradições da política pública de segurança que não resolve o tema da violência. Ao contrário, faz novas vítimas a cada dia. “A fórmula matar e deixar morrer fracassou sucessivamente, mas segue orientando as políticas públicas”, diz. “A pesquisa tem o que dizer, há alternativas não letais de combate ao crime”, conclui a presidenta da AdUFRJ.

Para o diretor do CBPF, Marcio Portes de Albuquerque, a iniciativa é agregadora. “As instituições de pesquisa acreditam que o conhecimento produzido pela ciência é capaz de transformar

realidades. Nesse esforço, nosso apoio reforça a importância de colocar a ciência a serviço da sociedade”, diz.

Ele concorda que as instituições de pesquisa são fundamentais para formular políticas. “Utilizar dados, informações e saberes construídos pela academia e por métodos científicos ao longo dos anos é um caminho sólido e viável para propor e desenvolver ações de segurança pública que permitam mudar a realidade que vivemos cotidianamente”, conclui.



AQUI TEM PROFESSOR. AQUI TEM ADUFRJ

Aqui tem Professor. Esse é o lema da nova campanha de valorização das atividades docentes que a AdUFRJ vai lançar nos próximos dias. A ideia do projeto é mostrar as várias faces do trabalho de professoras e professores da UFRJ nos campi e nas unidades isoladas da universidade. Ao todo, 2.233 mulheres e 2.319 homens dão aulas, são gestores, pesquisam, produzem conhecimento, artes, cultura, ciência, formam, orientam e fazem história. Tudo com excelência, compromisso e dedicação, em um trabalho que atravessa gerações, há mais de um século. A campanha inclui peças voltadas para o público externo e interno, com windbanners, adesivos, reportagens, outdoors, cartazes, bolsas, cadernetas e muita disposição para mostrar e enaltecer o trabalho docente — veja nestas páginas algumas dessas peças. A UFRJ tem docentes que mudam o futuro.



ISOPOR É O 'REI' DA POLUIÇÃO NA AREIA DA PRAIA



AQUI tem
PROFESSOR.
AQUI tem
CIÊNCIA

> Pesquisa de campo inédita do IMA revela que o poliestireno expandido, proveniente sobretudo de quentinhas, é hoje a principal fonte de geração de microplásticos na orla costeira do Rio

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrj.org.br

Uma pesquisa inédita feita pelo Instituto de Macromoléculas Professora Eloisa Mano (IMA/UFRJ) mostra que o isopor proveniente de quentinhas e embalagens de alimentos é hoje o principal responsável pela contaminação por microplásticos da areia da orla costeira do Rio de Janeiro. Foi constatada a presença do material em 70% das amostras de areia coletadas na Praia Vermelha, na Urca, Zona Sul do Rio, local escolhido para a pesquisa.

“Quando se descarta na areia uma embalagem de quentinha, ela vai gerar o microplástico. Infelizmente verificamos um aumento enorme da quantidade de isopor, o poliestireno expandido (EPS). Ele só tem 2% de polímero, o resto é ar. Então se quebra facilmente, pode se fracionar em pequenas partículas que o vento leva, o mar leva, a chuva leva. E isso vai parar em algum lugar. Hoje ele é onipresente. E isso é assustador”, constata a diretora do IMA, professora Maria Inês Tavares.

TRABALHO PIONEIRO

O estudo foi iniciado em dezembro de 2022 como pesquisa de mestrado da hoje doutoranda Marina Sacramento, sob orientação de Maria Inês Tavares. “Foi até uma surpresa para mim constatar que foi a primeira pesquisa de campo em microplásticos do IMA e da UFRJ. A área escolhida foi a Praia Vermelha, um local pequeno e de grande movimento, inclusive um ponto turístico. E constatamos que 70% das amostras continham o poliestireno expandido (EPS), pro-



ANÁLISE Maria Inês e Marina com parte do material recolhido no trabalho de campo na Praia Vermelha, na Urca, local da pesquisa do IMA

veniente basicamente de marmitas e embalagens descartadas na areia. Identificamos outros tipos de polímeros, em menor quantidade, como polipropileno e polietileno”, relata Marina.

Em cinco seções da praia, um total de 32 microplásticos foram identificados, sendo o poliesti-

reno o polímero predominante. Por meio da microscopia óptica, a pesquisa revelou que a forma mais comum de microplásticos era a espuma, com diâmetros médios das amostras variando de 2 a 4 milímetros.

Segundo a doutoranda, o estudo não se resumiu a validar

um protocolo de coleta e extração. “Foi também realizado in loco um trabalho de flotação (separação de misturas), que geralmente é feito em laboratório. E esse trabalho de campo está sendo expandido agora em meu doutorado. Fizemos coletas mensais em 2025. E agora em

2026 vamos fazer uma a cada estação. Já concluímos a coleta de verão, e virão mais três. Isso vai nos permitir fazer um estudo comparativo dessa poluição proveniente do descarte inadequado de produtos plásticos. É um desafio ambiental”, diz Marina. A professora Maria Inês Ta-

JOÃO LAET

#OrgulhoDeSerUFRJ

DIVULGAÇÃO/ IMA



CONSCIENTIZAÇÃO Nas visitas às escolas públicas, Maria Inês fala dos riscos do descarte inadequado de resíduos plásticos no ambiente

DIVULGAÇÃO/ IMA

alface, o arroz, o milho e a soja. Há ainda evidências da presença de microplásticos em seres humanos — já foram detectados no intestino, nos pulmões, no coração, em fezes, na urina e até no leite materno. “Os microplásticos estão ultrapassando duas barreiras fundamentais do nosso corpo, a placentária e a cerebral. Já observamos microplásticos em fetos, inclusive no cérebro”, alertou no estudo o professor Adalberto Luis Val.

Para a professora Maria Inês Tavares, a legislação brasileira sobre o tratamento de resíduos sólidos é muito boa, só que precisa ser cumprida. “Ela é formidável, talvez nem precise de reparos, mas não é respeitada. Nós também queremos ajudar nisso, a implementar políticas públicas”, defende ela.

Outro ponto crucial é a educação ambiental, que deve ser estimulada desde a educação básica. Esse é um trabalho que a diretora do IMA faz espontaneamente desde 2009, em escolas municipais de todo o estado

“Essa pesquisa tem a intenção de transformar dados científicos em um chamado de ação. O que descobrimos na Praia Vermelha acaba sendo um alerta”

MARINA SACRAMENTO
Pesquisadora do IMA/UFRJ



AÇÃO Paulo e Maria Inês (de verde) com docentes de Rio Bonito (RJ)

do Rio de Janeiro, em paralelo às suas atividades de professora, pesquisadora e gestora na UFRJ. “Esse trabalho me fascina, eu faço com o maior prazer, vou aonde me chamarem. As crianças entendem rápido e

ensinam aos mais velhos. Elas trazem esperança”, diz a professora. Ela já visitou dezenas de estabelecimentos de ensino ao longo desses 17 anos de trabalho voluntário, levando professores e alunos do IMA às palestras.

FUTURO LABORATÓRIO SERÁ DEDICADO A MICROPLÁSTICOS

FOTOS: ALEXANDRE MEDEIROS



MOSAICO Placas coloridas feitas com resíduos de isopor

seus futuros frequentadores já estão “na fila”. O professor Paulo Rangel e o aluno de iniciação científica Kauã Becker já traba-

O laboratório ainda não abriu as portas, mas dois de

lham com os materiais oriundos da pesquisa na Praia Vermelha, transformando diversos tipos de isopor em placas que se assemelham a cerâmicas. Kauã conta que os artefatos são produzidos em uma prensa com os resíduos de isopor, ganhando tonalidades variadas de cor: “Temos mais resíduos de isopor branco e preto, mas a mistura produz cores diferentes”

RECICLAGEM

Responsável pelo Laboratório de Aplicações em Nanotecnologia e Polímeros do IMA, o professor Paulo Rangel diz que as placas podem ser utilizadas como azulejos, pastilhas de re-



EQUIPE UNIDA Kauã, Paulo e Maria Inês apostam na reciclagem

vestimento de paredes ou pisos, ou mesmo como objetos de decoração. “Esse novo laboratório vai ampliar esse trabalho, que

fazemos no intuito de mostrar que esse material pode ser reaproveitado”, explica Rangel.

Pesquisa mostra dados de violência contra docentes

> Cerca de 60% dos educadores brasileiros já foram vítimas de violência ou censura em sala de aula. Resultados foram discutidos por pesquisadores em aula inaugural do Instituto de História

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Uma pesquisa do Observatório Nacional da Violência contra Educadores mostra dados alarmantes da violência física e simbólica à qual professores, da educação básica ao ensino superior, estão submetidos em todo o país. Mais de três mil educadores responderam ao questionário aplicado eletronicamente em todas as regiões brasileiras. Cerca de 90% responderam já ter vivenciado ou conhecer quem vivenciou violência física ou censura em sala de aula. Quase 60% já foram vítimas diretas.

Os dados foram apresentados durante aula inaugural do Programa de Formação Profissional em Ensino de História da UFRJ (ProfHistória). O evento aconteceu no Salão Nobre do IFCS/IH. O professor Fernando Penna, diretor da Faculdade de Educação da UFF, coordena o observatório responsável pelo estudo. “Perseguir e expor educadores se tornou uma forma de ganhar capital financeiro e político no Brasil”, afirmou ele, ao lembrar que gravações de professores vão parar nas redes sociais como conteúdos monetizados. “Além disso, tivemos parlamentares que foram eleitos por expor educadores”.

A amostra analisada indicou que 61% professores do Ensino Básico foram vítimas de violência, enquanto no Ensino Superior, o percentual é de 55%. Na rede EBT, 62% responderam ter sido vítimas diretas de ameaças e censuras. “Fica claro que este é um fenômeno que está espalhado pelas nossas instituições de ensino”, observou Fernando Penna. “A violência está atravessando o trabalho do docente. O saber profissional do professor se tornou menos importante do que evitar os temas polêmicos em sala de aula”.

A Região Sul lidera os casos de ataques a docentes, com 64% dos professores vítimas diretas de violência. A Região Sudeste figura em segundo lugar, com 62%. O Centro-Oeste aparece em terceiro lugar, com 57%. O Nordeste aparece com 53% dos docentes vítimas de violência e, na Região Norte, 52% responderam ter passado por violência na docência.

Censura e perseguição ideológica são as violências mais comuns vivenciadas pelos edu-



FOTOS: SILVANA SÁ

DEBATE Mesa contou com Ynaê Lopes e Fernando Penna, ambos da UFF, e foi mediada por Amílcar Pereira (à esquerda), do ProfHistória



CASA CHEIA Estudantes de graduação, de pós e professores acompanharam o debate no IFCS/IH

cadores, de acordo com os resultados da pesquisa. Os números mostram que 73% dos entrevistados responderam que foram agredidos por questões políticas, enquanto 53% disseram que foi por questões de gênero e sexualidade.

CENSURA AUMENTA EM ANOS ELEITORAIS

Outro achado da pesquisa diz respeito ao momento em que

essas violências são mais praticadas. Os picos coincidem com anos eleitorais (veja gráfico na página 9). “Elas crescem a partir de 2010, pioram em anos eleitorais, se tornam recorrentes e permanecem altas. Estamos em ano eleitoral. A probabilidade de termos um novo pico de violências é bem alta”, afirmou Fernando Penna.

Para o docente, garantir a segurança de educadores nas

escolas e universidades é um compromisso que precisa ser assumido por toda a sociedade. “O desafio coletivo e político de todos nós é garantir a segurança para que os professores sigam trabalhando conforme sua formação, sem medo de abordar os temas que fizeram parte de sua formação”, defende ele.

A pesquisa apresentada pelo professor da UFF tem o objetivo de subsidiar os agentes políti-

cos. “O Observatório atua no sentido de realizar recomendações para elaboração de políticas públicas voltadas a reduzir a violência contra os professores”, explicou. “Fazem parte de seu conselho consultivo sindicatos e federações nacionais, entidades científicas e associações”, concluiu o docente.

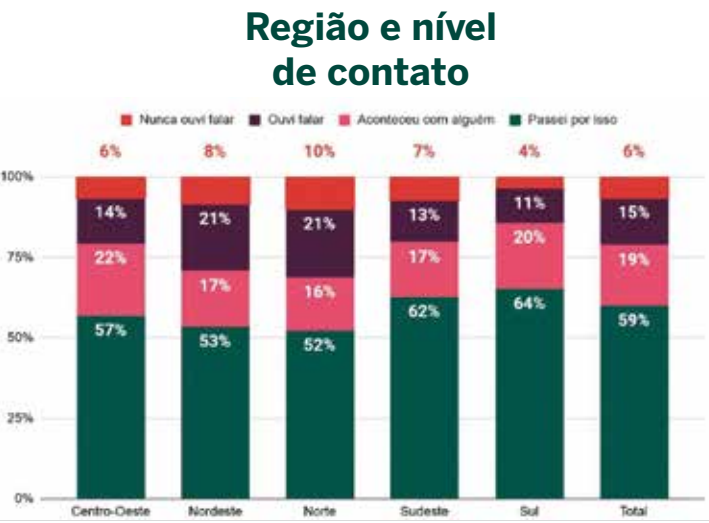
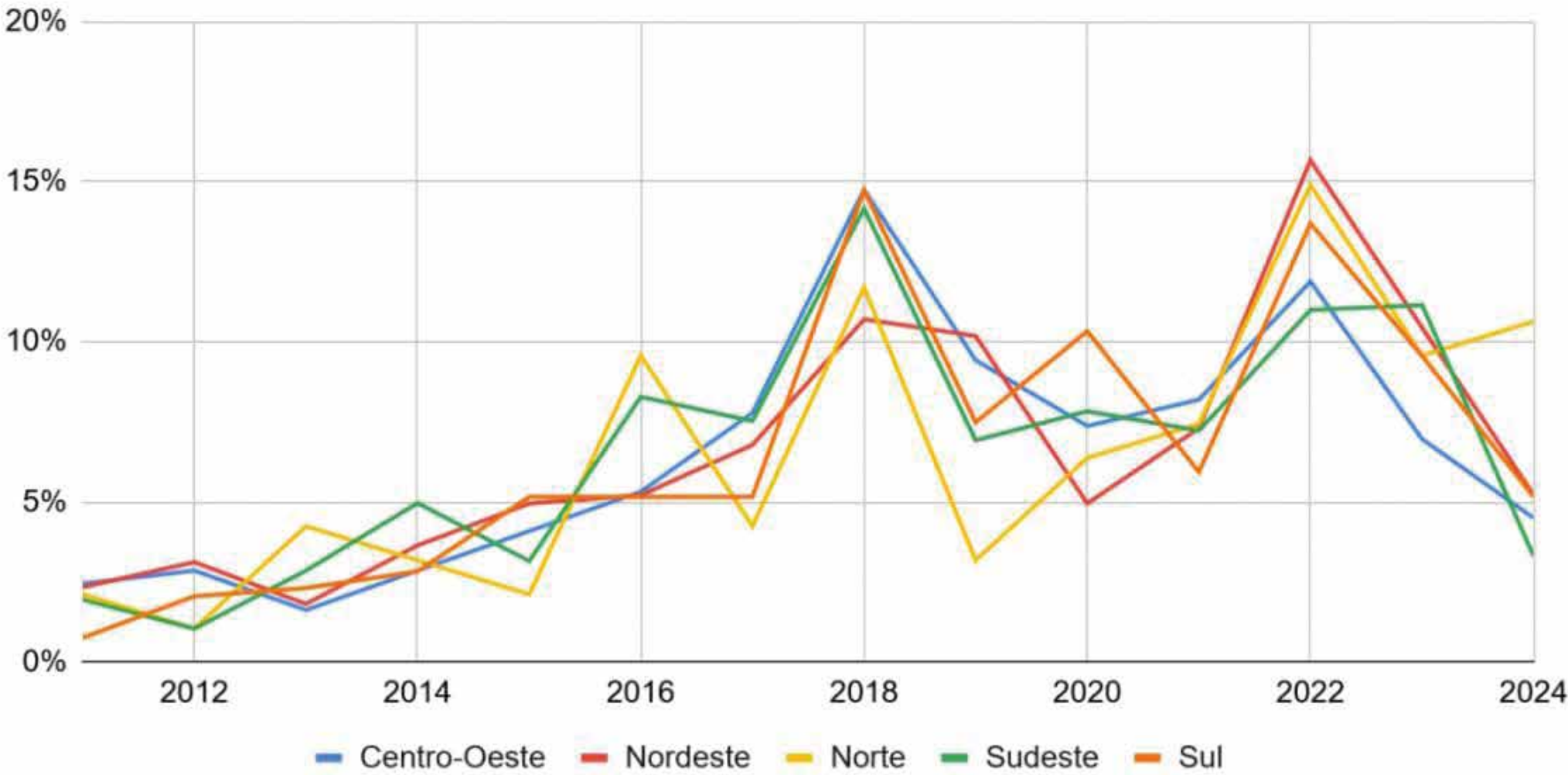
VIOLÊNCIA E EXTREMA DIREITA

De acordo com Ynaê Lopes, professora de História da UFF, muito da violência observada na pesquisa e no dia a dia de professores de todo o país tem relação direta com o recrudescimento da extrema direita brasileira. “Parte dessa violência é também uma resposta à diversidade que vem ganhando espaço nas instituições de ensino”, afirmou.

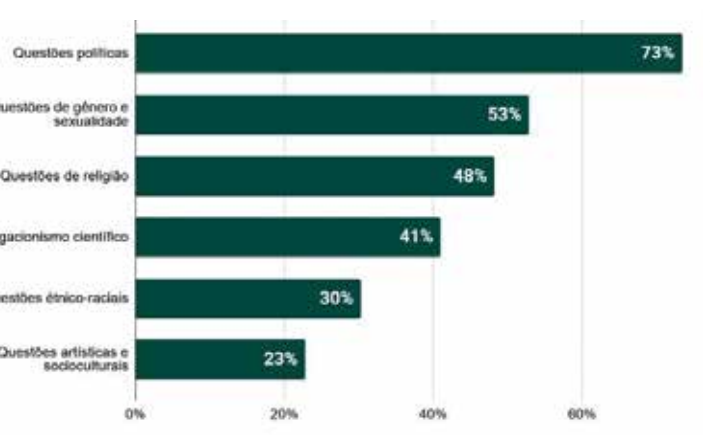
Em sua análise, a violência tem um contexto conjuntural. “Houve 253% de aumento da violência contra professores no Brasil. Isto é projeto político e está embebido no crescimento da extrema direita”.

A docente fez um apanhado histórico desde o século XIX e concluiu que a educação foi instrumentalizada como elemento de manutenção do racismo e da desigualdade social no Brasil. “Em 1854, um artigo proibia o acesso de meninos com doenças contagiosas e escravizados à escola. Havia, ainda, um controle pesado sobre quem eram as

Incidência de situações de censura contra educadores (2010-2024)

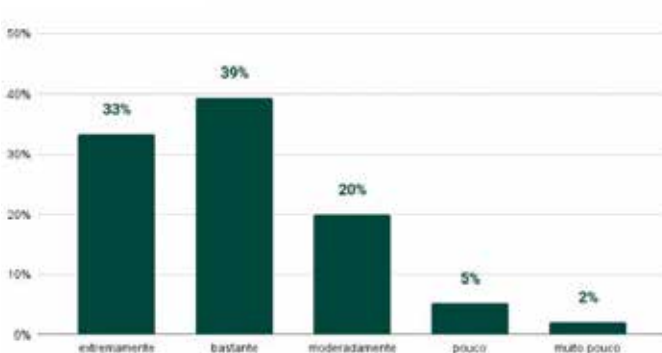


Tema que motivou o questionamento à prática do educador



Grau de impacto na vida profissional dos educadores

“Passei por isso”



pessoas aptas e não aptas a ensinar no país”, disse. “Aproximadamente 75% da população era analfabeta naquele momento. A educação era controlada pela Igreja Católica e era para poucos”, lembrou a pesquisadora.

Ynaê Lopes destacou também a Lei Saraiva, de 1881, que determinava que o voto fosse realizado apenas por pessoas alfabetizadas. “O acesso à escola vai definir quem pode votar no Brasil”, observou.

Com a abolição da escravidão, em 1888, a população negra fica livre no papel, mas segue sem liberdades individuais garantidas. “Não há nenhuma política pública a partir de 14 de maio de 1888, um dia após a assinatura da Lei Áurea, portanto, que garanta o acesso da população negra à educação”.

Já na Era Vargas, a professora Ynaê destaca que o Brasil passa a absorver variados segmentos da população, mas de forma desigual. “Aqui, de novo, a educação será um pilar fundamental. É ela que vai atualizar a ideia falaciosa de harmonia racial no Brasil”, disse. “A escola foi construída para manter as desigualdades. A eugenia passa a ser o princípio norteador da educação e da saúde no Brasil”.

redemocratização, a educação vem se transformando. “A educação passa a ser instrumento do compromisso pela liberdade, igualdade e democracia”, disse. “Esses avanços geram reações. Os ideais básicos de civilidade estão sendo questionados. Não por acaso, as tensões vão estourar nas escolas”.

Diretor de Relações Étnico-raciais e Pautas Racistas da Associação Nacional de História e coordenador do ProfHistória, o professor Amílcar Pereira mediu o encontro e revelou que os casos que chegam à associação são muito preocupantes. “São muitos os casos de ataques, sobretudo a professores de História quando tratam a temática de História e Cultura Afroindígenas”, contou.

O docente pediu vigilância dos movimentos ligados à educação. “Há um projeto de lei em tramitação que pretende acabar com a obrigatoriedade do ensino de história afroindígena. Precisamos barrar esse processo”, disse.

Ele se referiu ao Projeto de Lei 1007/2025, da deputada federal Clarissa Tércio (PP-PE), que tramita na Câmara e propõe tornar opcional o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, com a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). As leis que instituíram os conteúdos obrigatórios são de 2003 e 2008.

DEPOIMENTO | VALÉRIA BORGES

PROFESSORA PERSEGUIDA PELO ‘ESCOLA SEM PARTIDO’

“Eu tinha um aluno gay. A escola, em 2017, era um antro bolsonarista. Na época, eles ainda eram chamados de ‘coxinhas’, pois não existia a noção estabelecida do bolsonarismo. Esse aluno, além de gay, era drag queen e estava se sentindo acuado por conta do clima do Brasil e da escola. Certo dia, eu estava dando aula sobre fascismo, falando sobre as características, e ele levantou a mão para falar que tudo aquilo que eu descrevia era muito parecido com o Bolsonaro.

Naquele momento, eu minimizei a figura do Bolsonaro e disse a ele que o maior problema eram as pessoas que o seguiam: misóginas, machistas, racistas, homofóbicas. No final daquela aula, soube que um aluno me gravou.

O áudio foi parar na internet. As mídias digitais compartilhavam dizendo que eu havia atacado um aluno. A versão era que o que eu falei era para agredir a um aluno, tiraram de contexto. Carlos Jordy era vereador nessa época e encaixava, junto com Flávio Bolsonaro, uma forte campanha nos municípios pela aprovação



do Escola Sem Partido. Ele queria palco para sua audiência pública sobre o tema. O palco foi essa gravação não autorizada e Jordy passou de vereador a deputado federal com esta plataforma.

Minha vida profissional foi revirada, a minha família ficou com medo. Passei a ser conhecida na cidade de Niterói. As pessoas me paravam na rua para me falar que viram ameaças, ou que eu deveria sair da escola, ou que deveria ser demitida.

Fui chamada ao Conselho Tutelar, sofri processos, sofri perseguição de grupos políticos. Havia ameaças à minha vida. Todas as informações sobre mim estavam na internet.

Venci todos os processos. Tive muito apoio de colegas, partidos políticos. Aquele momento passou, mas deixou marcas. Adeoci, precisei de acompanhamento psiquiátrico, tive síndrome do pânico laudada, depressão, passei a fazer uso de remédios controlados e me tornei insulino dependente.

De lá para cá, aquele bolsonarismo explícito de gritar ‘mito’ nos corredores não existe mais, mas há consequências graves. Muitos colegas hoje estão apanhando. Estão acontecendo coisas horríveis nas escolas. A maioria das atitudes agressivas parte de meninos embebidos pela machosfera, que torna meninas e professoras as maiores vítimas. Esse movimento começou lá com o bolsonarismo e se fortaleceu. Quanto a mim, não tenho mais medo de falar, mas sei que muitos colegas evitam certos temas. Os professores até hoje estão autocontidos.”

Reitores assinam nota em apoio a ex-gestores da UFRJ

> Em carta, eles pedem que o processo criminal ainda em curso reconheça o que o processo cível já concluiu: que os recursos do Banco do Brasil foram utilizados integralmente na universidade

MANIFESTAÇÃO EM DEFESA DA JUSTIÇA E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Após mais de uma década de um processo longo e desgastante, a Justiça Federal reconheceu aquilo que a comunidade universitária sempre soube: que os recursos sob escrutínio judicial, oriundos de um contrato celebrado entre o Banco do Brasil e a Universidade, foram integralmente utilizados em benefício da própria UFRJ, sem qualquer enriquecimento ilícito ou desvio em proveito pessoal dos gestores acusados.

Há pouco menos de seis meses, a comunidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro comemorou o resultado do julgamento, na esfera cível, da ação de improbidade administrativa movida contra o ex-reitor Carlos Levi e outros quatro servidores da instituição.

Após mais de uma década de um processo longo e desgastante, a Justiça Federal reconheceu aquilo que a comunidade universitária sempre soube: que os recursos sob escrutínio judicial, oriundos de um contrato celebrado entre o Banco do Brasil e a Universidade, foram integralmente utilizados em benefício da própria UFRJ, sem qualquer enriquecimento ilícito ou desvio em proveito pessoal dos gestores acusados.

A decisão judicial destacou, inclusive, que os atos administrativos questionados foram praticados com base em pareceres jurídicos institucionais e no contexto de práticas amplamente ado-

Após mais de uma década de um processo longo e desgastante, a Justiça Federal reconheceu aquilo que a comunidade universitária sempre soube: que os recursos sob escrutínio judicial, oriundos de um contrato celebrado entre o Banco do Brasil e a Universidade, foram integralmente utilizados em benefício da própria UFRJ, sem qualquer enriquecimento ilícito ou desvio em proveito pessoal dos gestores acusados.

É precisamente à luz desse reconhecimento recente que ex-reitores da UFRJ — representantes de diferentes momentos e orientações na história da instituição — manifestam, conjuntamente, sua profunda preocupação com o processo criminal ainda em curso contra os mesmos gestores.

tadas pelas universidades públicas brasileiras na gestão de projetos acadêmicos e institucionais — entre elas, a utilização de fundações de apoio, como a Fundação Universitária José Bonifácio

momentos e orientações na história da instituição — manifestam, conjuntamente, sua profunda preocupação com o processo criminal ainda em curso contra os mesmos gestores.

Não se trata da defesa de indivíduos por vínculos pessoais ou afinidades políticas. Trata-se da defesa da própria universidade e da integridade das decisões administrativas tomadas em seu interesse institucional.

Assim como na esfera cível, os fatos que deram origem ao processo criminal dizem respeito à gestão de recursos destinados ao fortalecimento da UFRJ, viabilizando mais de mil projetos acadêmicos, eventos científicos, obras e diversas iniciativas institucionais que beneficiaram diretamente a comunidade universitária. Foi graças a esses recursos — e à sua execução profissional pela FUJB — que a UFRJ pôde realizar investimentos estruturais importantes, entre eles a construção do Restaurante Universitário Central da Cidade Universitária, construído em apenas dois anos, além de centenas de outras obras e projetos institucionais.

Ao longo dos anos, todos os principais órgãos de controle da administração pública — Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União e Advocacia-Geral da União — reconheceram que esses recursos foram empregados em benefício da universidade, sem desvio de finalidade ou prejuízo ao erário.

Ainda assim, interpretações profundamente equivocadas de aspectos técnicos do caso acabaram resultando na condenação criminal em primeira instância de gestores que atuaram no exercício regular de suas responsabilidades institucionais.

A acusação de peculato contra o ex-reitor e outros dois gestores, por exemplo, baseia-se na suposição de que o Tribunal de Contas da União teria determinado a devolução de valores pagos pela universidade à Fundação Universitária José Bonifácio a título de taxa de administração, como se tais valores representassem um desvio de recursos.

No entanto, a leitura da própria decisão do TCU revela algo inteiramente diverso. O valor cuja devolução foi determinada correspondia apenas ao saldo remanescente existente na conta da Fundação quando o contrato foi encerrado antes da execução integral dos recursos previstos.

Em outras palavras, aquilo que foi interpretado na sentença como devolução de um valor supostamente “desviado” nada mais era do que o saldo residual — o “troco” — que permanecia na conta ao final da execução do contrato, e que, por determinação do próprio Tribunal de Contas, deveria retornar à universidade devidamente corrigido.

A confusão entre esses dois fatos distintos — o pagamento legítimo por serviços prestados e o simples saldo remanescente de um contra-



1



2



3



4



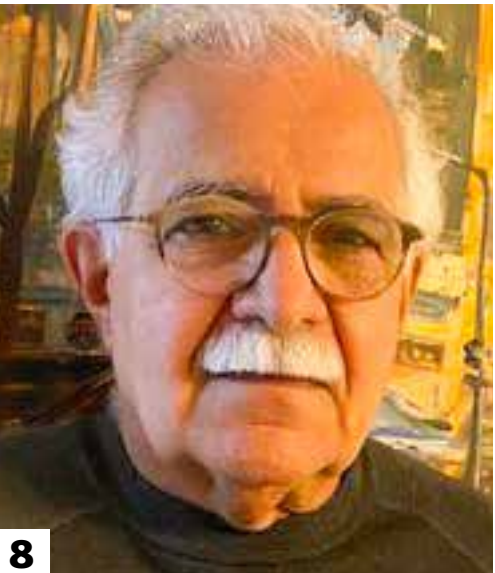
5



6



7



8

to interrompido — acabou transformando um procedimento administrativo regular em acusação criminal. E este está longe de ser o único equívoco presente na sentença condenatória.

Causa especial perplexidade que, diante dos mesmos fatos e documentos, duas esferas da Justiça (criminal e cível) possam chegar a conclusões opostas quanto à própria existência de desvio de recursos. Interpretações jurídicas podem divergir; os fatos, não.

A UFRJ não pode permanecer indiferente diante da possibilidade de que decisões administrativas tomadas em defesa da universidade venham a ser reinterpretadas, anos depois, como condutas criminosas, sem que haja demonstração de dolo, bene-

A confusão entre esses dois fatos distintos — o pagamento legítimo por serviços prestados e o simples saldo remanescente de um contrato interrompido — acabou transformando um procedimento administrativo regular em acusação criminal.

fício pessoal ou prejuízo ao interesse público.

A preservação da autonomia universitária e da segurança jurídica na gestão das instituições públicas exige que situações dessa natureza sejam examinadas com o máximo rigor técnico, serenidade institucional e respeito aos fatos.

Por essa razão, os signatários desta manifestação expressam sua confiança de que o julgamento em curso na instância recursal permitirá a devida reavaliação do caso à luz das evidências documentais e das conclusões já apresentadas pelos órgãos de controle da administração pública.

Mais do que o destino individual de qualquer gestor, está em jogo a proteção da integridade institucional

A preservação da autonomia universitária e da segurança jurídica na gestão das instituições públicas exige que situações dessa natureza sejam examinadas com o máximo rigor técnico, serenidade institucional e respeito aos fatos.

da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o reconhecimento de que decisões administrativas tomadas em benefício da universidade não podem, anos depois, ser convertidas em injustiça judicial.

A história da UFRJ sempre foi construída pela coragem intelectual, pela pluralidade e pelo compromisso com a verdade. É em nome desses valores — que definem a própria identidade da universidade pública brasileira — que esta manifestação é apresentada.

- 1. Roberto Medronho
- 2. Carlos Frederico Leão Rocha
- 3. Denise Pires de Carvalho
- 4. Roberto Leher
- 5. Sergio Fracalanza
- 6. Paulo Alcantara Gomes
- 7. Nelson Maculan Filho
- 8. Alexandre Pinto Cardoso

PROCESSO TEM CONTRADIÇÕES E INDÍCIOS DE LAWFARE

O reitor Roberto Medronho e sete ex-reitores da Universidade Federal do Rio de Janeiro divulgaram uma carta conjunta em que manifestam preocupação com o processo criminal envolvendo o ex-reitor Carlos Levi da Conceição e outros cinco ex-gestores da universidade.

O documento destaca que a própria Justiça Federal já reconheceu na esfera cível que não houve desvio de recursos no caso. O processo criminal, no entanto, ainda corre. Em decisão de primeira instância, a Justiça decidiu condenar criminalmente os

ex-gestores da UFRJ.

O manifesto dos reitores chama atenção justamente para essa contradição: a decisão cível concluiu que os recursos foram utilizados em benefício da UFRJ, enquanto a condenação criminal se baseou na premissa oposta.

Segundo os signatários, parte da acusação se sustenta numa confusão entre a taxa administrativa paga à fundação de apoio e o saldo remanescente — o “troco” — existente na conta ao final do contrato.

No início de março, o Ministério Público Federal recorreu da decisão da primeira instância

exigindo o aumento das penas.

Em artigo publicado no Jornal da AdUFRJ, em junho de 2025, o professor Daniel Negreiros Conceição explica que toda a investigação se baseou em denúncias genéricas ao Ministério Público Federal.

“O processo se originou de uma denúncia apresentada por um ex-professor exonerado por graves condutas — entre elas, agressão física a estudante. O docente, conhecido por seu alinhamento ideológico com o integralismo e atuações machistas e homofóbicas, acusou a gestão da UFRJ de desviar cerca de R\$ 50 milhões em um

contrato com o Banco do Brasil”, afirma o docente em seu artigo. Toda a investigação cível, no entanto, concluiu que não houve peculato, nem enriquecimento ilícito.

Representantes da comunidade acadêmica denunciaram ao longo dos últimos anos que os processos são uma estratégia de lawfare, quando o sistema de Justiça é utilizado politicamente para atingir grupos ou pessoas.

A carta dos ex-reitores também vai nesta linha. O documento pontua o risco de decisões da administração universitária serem reinterpretadas anos depois como condutas criminosas.

O texto enfatiza a necessidade de a comunidade acadêmica se manter mobilizada em defesa da autonomia universitária.

O ex-reitor Aloisio Teixeira não sobreviveu a este processo: infartou em julho de 2012, poucos meses depois do início das investigações.

Outra vítima fatal do lawfare foi o ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, o professor Luiz Carlos Cancellier. O docente não resistiu às acusações e morreu tragicamente em outubro de 2017. Ele foi inocentado em 2023.

AdUFRJ realiza debate para pensar o Estado brasileiro

> Evento faz parte de ciclo de eventos promovido pela seção sindical para construir uma plataforma progressista que será levada a candidaturas que disputarão as eleições deste ano. Participe !

ADUFRJ
DEBATE

QUAL SERVIÇO PÚBLICO
PRECISAMOS? UM DEBATE
SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

JOSÉ CELSO CARDOSO JR.
Secretário de Gestão de
Pessoas do MGI e Técnico do IPEA

30 | MARÇO |
SEGUNDA-FEIRA | 16H |
SALÃO NOBRE DO IFCS |

CÂMARA APROVA PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA BOLSISTAS DE PÓS

A Câmara dos Deputados aprovou um conjunto de regras para inserir os bolsistas de pós-graduação no Regime Geral da Previdência Social. A medida permite que mes-trandos, doutorandos e pós-doutorandos tenham acesso a benefícios previdenciários como licenças e auxílios, além de o tempo da pesquisa contar para a aposentadoria. Se aprovada no Senado, a nova lei alcançará tanto os pós-graduandos que re-alizam pesquisas no Brasil, como aqueles que estão no exterior com bolsas de agên-

cias de fomento brasileiras. O projeto é uma reivindicação antiga ganhou nos últimos me-ses amplo apoio de parlamen-tares, de representantes de so-ciedades científicas e agências de fomento. O Projeto de Lei 6894/13 foi aprovado na forma de um sub-stitutivo do relator, o deputado Ricardo Galvão (Rede-SP). O parlamentar é ex-presidente do CNPq. Segundo Galvão, o enquadramento dos bolsistas como segurados do INSS cor-rige uma distorção histórica. “Embora o Estado reconheça a relevância estratégica da pes-

quisa científica, os pesquisado-res bolsistas que trabalham em dedicação exclusiva permane-cem sem proteção previdenci-ária”, disse. Segundo o projeto aprovado, caberá à agência de fomento que disponibiliza a bolsa arcar com o valor da contribuição. No caso, a alíquota será de 11% sobre um salário mínimo. Com esse percentual, no entanto, o acesso ao direito à aposen-tadoria se dará somente por idade. Caso o bolsista queira que o período conte para a aposentadoria por tempo de ser-viço, precisará complementar

a contribuição com mais 9% sobre o salário mínimo, para totalizar 20% de recolhimento. Assim, pós-graduandos que forem aprovados em concursos também poderão contabilizar o tempo de pesquisa para contar na aposentadoria de regimes próprios de servidores. O presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Vinícius Soares, co-memorou a aprovação. “Esta vitória reconhece a atividade de pesquisa enquanto trabalho. O nosso trabalho é desenvolver a pesquisa no Brasil; 90% da ciência no Brasil é produzida a

partir da mão dos pós-gradu-andos”, afirmou. Natália Trindade, direto-ra da Associação dos Pós-Graduandos da UFRJ (APG), destacou que a conquista é fruto de 40 anos de discus-sões. “Essa falta de amparo atravessa a trajetória dos pesquisadores ao longo de todas essas décadas”, anali-sa Natália. “Precisamos que os recursos que a Capes e o CNPq precisam dispor para pagar a previdência sejam in-cluídos na Lei Orçamentária de 2027”, observa. (Silvana Sá)



ELES SÃO PROFESSORES. ELES FAZEM ARTE

> Exposição na Escola de Belas Artes reúne obras assinadas por docentes do Departamento de Análise e Representação da Forma. Evento fica em cartaz até 27 de março

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

‘Temos uma diversi-dade de profes-sores que vêm de tra-jetórias diferentes nas artes. Aqui te-mos ilustradores, pintores, escultores, entre tan-tas outras vertentes. Ter esses trabalhos representados mostra a diversidade de olhares e de produção artística também”, explica o professor Ary Moraes, um dos autores de trabalhos da exposição A Forma em Processo que, reúne obras assinadas por docentes do Departamento de Análise e Representação da Forma, da Escola de Belas Artes. O evento está em cartaz na EBA até 27 de março.

A ideia surgiu do desejo de aproximar os estudantes da produção artística dos docen-tes. O departamento de Arte e Representação da Forma é responsável pelo ciclo básico na Escola de Belas Artes. “Somos os que introduzem os estudantes no universo das artes”, resume a professora Luana Manhães, uma das organizadoras da expo-sição. “Somos artistas pesqui-sadores. É importante que os estu-dantes vejam como trabalhamos também fora da academia”, ana-lisa a docente, especializada em desenho e pintura. “Além de mostrar nossa produção, esse evento tem como ponto central mostrar as possibilidades de pesquisas. O interessante é que

os alunos vejam que dentro da formação da EBA há inúmeras possibilidades que podem ser desdobradas”, diz. “Assim eles se conscientizam sobre como os caminhos formativos podem ser diferentes”, afirma a professora, que também tem trabalhos ex-postos na mostra. A exposição foi montada na Galeria Macunaíma, que fica no 8º andar do Edifício Jorge Machado Moreira (JMM). O prédio abriga a EBA, a FAU e o IPPUR. O pavimento sofreu um incêndio de grandes proporções, em 2016. “O 8º andar é emble-mático. Está sendo um ato de resistência voltar aos poucos para esse andar. Trouxemos uma mostra viva para um espa-ço que estava morto até um ano atrás”, diz Luana. Para o diretor da EBA, pro-fessor Daniel Lima Marques, a mostra é um espaço de cultura, arte e de formação acadêmica. “Para além da exposição, temos todo um trabalho de curadoria, onde os estudantes podem ex-perimentar as etapas de monta-gem de uma exposição”, conta. “É, portanto, um momento em que a EBA une todas as poten-cialidades da universidade”, enfatiza. “Fica aqui o convite para que todas as unidades da UFRJ possam fazer esses inter-câmbios de cultura e de arte na nossa Escola”. Os autores dos trabalhos apre-sentados são os professores e pesquisadores: Alvaro Seixas, Ary Moraes, Dalila Santos, Dani-



lo Ribeiro, Fred Carvalho, Graça Lima, Guto Nóbrega, Henrique Souza, Leonardo Etero, Lima Peres, Luana Manhães, Luciana Coutinho, Marcelus Gaio, Maya-ra Lista, Nelson Macedo, Salmo Dantas, Vinicius Duque Estrada e Yoko Nishio. Juliana Behnevides, estudante do 10º período de Licenciatura em Artes Visuais, ajudou na montagem da exposição. “Foi um processo de muito aprendi-zado e me trouxe uma grande

motivação de estar mais inse-rida no fazer artístico”, disse a aluna. “Eu senti vontade de criar mais”, contou a jovem. “Muitas vezes os alunos da licenciatura ficam mais envolvidos com as questões da educação do que com o fazer artístico e acabam se afastando dessa dimensão. Então, participar dessa expo-sição para mim foi de extrema importância, sobretudo porque já estou no final da minha gra-duação”.



AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **AULA**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **CONHECIMENTO**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **CIÊNCIA**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **LABORATÓRIO**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **EXCELÊNCIA**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **ESTÁGIO**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **FUTURO**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **INOVAÇÃO**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **HOSPITAL**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **TRANSPLANTE**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **SAÚDE**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **HISTÓRIA**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **ARTES**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **CULTURA**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **DEDICAÇÃO**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **PESQUISA**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **CUIDADO**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **ESPORTE**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **ORIENTAÇÃO**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **MÚSICA**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **JUSTIÇA**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **ESPERANÇA**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **TECNOLOGIA**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **LITERATURA**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **LIVROS**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **EDUCAÇÃO**

AQUI *tem* **PROFESSOR.**
AQUI *tem* **MEMÓRIA**